

Rio+20: Uma Análise Política e Espiritual

A Rio+20 e o seu Contexto

A reflexão ambiental se situa no contexto de uma crise global, que vai muito mais além da dimensão econômica. Trata-se de uma crise civilizatória que desafia a humanidade a viver dentro dos princípios e limites que dispõe a natureza. Inserir-se dentro dos limites da biosfera, eis o desafio do século XXI.

A transição para a sustentabilidade exige que saibamos produzir, morar, propiciar transporte, gerar emprego e renda, ter alimentos saudáveis, limpos e em quantidade suficiente, sem ultrapassar a capacidade de reposição e absorção dos ecossistemas.

A velocidade da degradação da capacidade de suporte que a natureza oferece às atividades humanas tem ultrapassado a reposição e absorção de forma impressionante. Isto deveria gerar na sociedade humana e nos seus indivíduos um sentido de urgência para promover a necessária inserção humana nas leis da natureza. Deveríamos estar considerando a perda do equilíbrio dos processos naturais como um gigantesco imperativo ético, mobilizador de energias individuais e coletivas capazes de impulsionar uma verdadeira revolução ambiental que garantisse o funcionamento amigável do conjunto dos ecossistemas para esta e as futuras gerações.

Parece que nossa capacidade de indignação fragilizou-se e nossa tolerância com contínuos abusos e transgressões fortaleceu-se...

Prosperidade, democracia, segurança, bem-estar de povos não podem ser encontradas sem que nosso sistema planetário seja profundamente considerado pela sociedade. Para nós, não há dúvida que superar as barreiras que impedem esta transformação é uma tarefa política, plenamente fundamentada pela ciência moderna, a qual nos mostra diariamente com detalhes sórdidos o quão cegos, surdos e mudos temos sido com relação à realidade que nos cerca.

Travamos uma guerra insana, diariamente, contra nós mesmos. Fortalecemos e reafirmamos, a todo o momento pelas nossas ações, uma economia linear que começa com extração, passa pela produção e consumo e finaliza-se com o descarte, o qual, inclusive, está presente em todo o processo. Fortalecemos esta economia linear que não tem preocupação com a dimensão ambiental e os serviços dos ecossistemas, como se não estivéssemos nós todos, inclusive a economia, dentro de uma imensa teia de vida. Ao mesmo tempo, uma economia mais circular, que usa os serviços e bens ambientais a seu favor, que usa fontes limpas de energia, que evita o descarte, que reutiliza bens e que, portanto, é imensamente mais eficiente do que fazemos hoje, não é considerada algo prioritário o suficiente para mudar hábitos de consumo, gerar decisões governamentais ou alterar investimentos privados. O fundamentalismo do crescimento econômico como um fim e a qualquer custo, tem nos tornado seres pouco pensantes, pouco inteligentes e tremendamente perversos com os filhos da Terra que estão por nascer.

É neste contexto histórico que tivemos a realização de uma megaconferência ambiental, apelidada de Rio+20, e que contou com maciça representação de líderes governamentais. À primeira vista, tratava-se de criar ou fortalecer mecanismos globais de agir coletivamente neste cenário de crise. Os resultados demonstraram que a vontade coletiva é de uma fragilidade assustadora e de que não dispomos de líderes globais capazes de inspirar povos, nações e liderar transições.

Mas uma reunião da dimensão da Rio+20 não acontece sem deixar profundas marcas na humanidade, para o bem ou para o mal. No caso desta conferência, a ausência de definições direcionadas para um consistente processo de governança ambiental global, deixa um vazio político e regulatório que desenha um futuro de dificuldades. O agravamento da crise ambiental global se encarregará de demonstrar claramente os erros agora cometidos.

A ausência de um processo de governança ambiental é um dos sinais mais inquietantes do momento histórico que vivemos. Há um amplo debate na sociedade sobre o tema da sustentabilidade, mas os reflexos em ações práticas são mínimos. Poucas políticas públicas são de fato efetivas para a reorientação da sociedade no sentido de incorporar os limites que os ecossistemas apresentam, poucas são as mudanças efetivas no comportamento do consumidor e poucas são as mudanças efetivas no processo produtivo. Isto tudo acontece em meio à crescente ampliação de evidências científicas das consequências das alterações ambientais globais.

Governança ambiental não é e não pode ser entendida apenas como um processo exclusivamente governamental ou intergovernamental. É tarefa de toda a sociedade. Mas por que o conjunto de evidências de alterações e degradação da natureza e dos processos naturais não se reflete em ações práticas, ou seja, boa governança ambiental? Esta questão é fundamental e exige um considerável esforço para ser respondida.

A Rio+20 e a ONU

O sistema multilateral – ONU – vem se movimentando em torno da questão ambiental e do desenvolvimento sustentável há mais de 40 anos. Uma governança ambiental global, mesmo que débil, foi-se desenhando neste período.

O reconhecimento e consciência de uma profunda crise ambiental, com o solapamento das condições que sustentam nossa economia e sociedade, vêm sendo construídos desde a Conferência de Estocolmo em 1972, quando se inicia um esforço multilateral de compreensão e explicitação do problema. Este esforço culmina com a formulação de um conceito bastante útil para a transformação de nosso processo produtivo: o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Com todas as fragilidades que possa possuir, esta ideia-força de sustentabilidade, que aparece primeiramente em 1987 no relatório Nosso Futuro Comum, tinha a missão de reorientar os rumos para a superação de nossa crise civilizatória.

A reunião de 1992 no Rio de Janeiro foi convocada justamente para iniciar um processo de operacionalização do conceito de sustentabilidade. Com o conceito de desenvolvimento sustentável explicitado e progressivamente incorporado ao discurso governamental, era necessário a criação de ferramentas que concretizassem este discurso.

A conferência de 1992 criou, de fato, alguns instrumentos neste sentido, como as convenções internacionais sobre clima, biodiversidade e desertificação. Criou ainda um conjunto de orientações para as ações dos países, batizada de Agenda 21. Nos últimos 20 anos também se criaram condições importantes para uma transição a um novo padrão de produção e consumo em nossa sociedade. Temos hoje recursos financeiros abundantes (mal alocados, mas abundantes) e tecnologias viáveis para uma relação saudável com a natureza. O binômio investimentos e tecnologias, portanto, não podem ser acusados de impedirem o avanço de padrões de produção e consumo rumo à sustentabilidade.

Uma vez reconhecida a crise e criados os instrumentos para sua superação, se faz necessário criar os mecanismos de governança para colocar os processos em marcha de forma minimamente organizada. As bases desta governança ambiental global era o papel histórico a ser cumprido pela Rio+20. Este papel não foi cumprido. A Rio+20 não definiu nenhuma agenda para o futuro. Sem uma governança ambiental bem definida ficamos reféns de processos voluntários e espontâneos, claramente insuficientes perante a dimensão e gravidade dos problemas ambientais que a humanidade enfrenta.

Mas é importante perceber que os problemas do sistema ONU em gerir uma governança ambiental são bastante anteriores à Rio+20. Dentre os problemas que a governança ambiental global tem enfrentado ao longo das últimas décadas estão:

- Proliferação de Acordos Ambientais Multilaterais: o rápido agravamento das questões ambientais gerou um desordenado crescimento dos acordos que extrapolou a capacidade do sistema em geri-los. Mais de 500 acordos internacionais foram assinados desde 1972, com sede em lugares diferentes (embora a imensa maioria nos países ricos), com autonomia de agenda e recursos e funcionários próprios. O sistema de soluções tornou-se, em alguns casos, mais complexo que os problemas. Os países em desenvolvimento têm muitas dificuldades de seguir esta agenda complexa de reuniões globais.

- Falta de cooperação e coordenação entre as agências internacionais: muitas agências cuidam do mesmo tema, relevando o PNUMA – Programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente, a um segundo plano. Foram ainda criadas instituições como o GEF – Global Environmental Facility, que possui os recursos financeiros, em detrimento do PNUMA, e a CDS – Comissão de Desenvolvimento Sustentável, que com sede em Nova Iorque, possui agenda própria e, não raro, conflitante com os outros órgãos. O papel do PNUMA se torna muito difícil, ou quase impossível, em razão da complexidade dos temas frente à sua escassez de recursos e instrumentos.

Em 1972 o problema era criar as organizações para se estabelecer a discussão do tema ambiental. Em 1992 o desafio era conseguir construir consensos e compromissos gerais em torno da *idéia-força* do desenvolvimento sustentável. Em 2012 o desafio era, e continua sendo, superar a falta de coordenação e a enorme fragmentação da temática ambiental em termos internacionais, o que tem levado a uma crise de liderança para encaminhar soluções.

- Déficit de implementação: o mais urgente hoje é iniciar um forte processo coordenado de implementação dos acordos já assinados e fortalecer uma instituição internacional capaz de materializar propostas além dos interesses dos estados-nações. Isto está claro desde a Rio+10 em Johannesburg, mas que também falhou nesta missão. Mecanismos de soluções de controvérsias e obrigações de implementações de decisões acordadas já são utilizados cotidianamente pela OMC – Organização Mundial do Comércio, por exemplo. Se podemos fazer isto com o comércio, porque não com a questão ambiental que ameaça a vida no planeta?

Mesmo com um grande conjunto de dificuldades, deve-se reconhecer que não há como resolver problemas planetários com a lógica interna de cada país. O multilateralismo é um espaço fundamental de resolução de problemas humanitários.

Que Fazer?

Dentro do atual fundamentalismo econômico de desconsideração do papel da natureza em nossas vidas, no processo de produção e consumo e na construção de uma sociedade justa com esta e as futuras gerações, temos poucas alternativas. É-nos indicado apenas aprofundar o sistema de extração e acúmulo, distante das leis naturais, que nos aproxima, em velocidade crescente, de um imenso abismo.

Ao mesmo tempo, a redefinição dos critérios desenvolvimento, felicidade, paz, segurança, bem-estar estão muitíssimo longe do imaginário popular. Novos estilos de vida sustentável, que respeite a biosfera e os processos vitais e permitam o atendimento material dos mais necessitados, não estão na ordem política do dia e sumiram da agenda social e de cidadãos. Falta coragem da parte de cada um? Falta consciência crítica? O apego ao materialismo, ao consumismo, o abandono de valores coletivos penetrou nas mentes e ganhou o jogo? Estas forças que ignoram a ciência e as evidências científicas são intransponíveis?

Como construir aos poucos novos paradigmas de trabalho, produção e consumo, novos valores baseados na justiça e solidariedade? A própria noção de sustentabilidade envolve a perspectiva de viver bem, mas dentro de certos limites: trata-se de uma busca do equilíbrio entre os desejos presentes e necessidades futuras, ou entre desejos individuais e o bem comum. Mas é possível uma educação para a sustentabilidade sem que a sociedade demande esta transição?

O consumo, por exemplo, é uma questão delicada porque o mercado tende a transformar o consumo em meio de auto-realização – o consumismo. Neste caso, a noção de uso equitativo e coletivo de recursos naturais se esvazia. O consumo sustentável pressupõe uma certa simplicidade voluntária. Temos espaço na sociedade para debater estas coisas?

Temos que ter claro que é necessário abrir espaço para as necessidades de alimentação, transporte, habitação de vastas parcelas da humanidade. Por isso, tecnicamente podemos dizer que a chave de nossas soluções seria maximizar a produtividade dos ecossistemas, em base sustentável, ao invés de destruí-los. Mas isto é uma mudança e tanto...

Isto tudo não quer dizer que não tenhamos boas políticas e boas práticas aqui e acolá. Temos. Mas não em um nível capaz de gerar um movimento que altere os rumos do processo econômico: esta é nossa tarefa. Trata-se de organizar a sociedade para cuidar da Árvore da Vida, a qual se protegida, gerará frutos para gerações, gerações, gerações e gerações.

A maior lição, portanto, que podemos tirar dos resultados da Rio+20 é que precisamos urgentemente construir pontes de governança ambiental entre a sociedade civil, todos os níveis de governos, setor privado e academia. Ou seja, fortalecer governanças múltiplas que ocupem os vazios deixados pelos estados-nações e que facilitem e acelerem a transição para uma sociedade sustentável.

A transição para uma sociedade sustentável é possível, haja visto os avanços já realizados. Mas para isto é necessário: 1) compreender nosso momento histórico; 2) criar demanda na sociedade por um projeto de sociedade sustentável. O preço que é cobrado para isto é a nossa inserção pessoal e coletiva no processo de transformação.

Uma Espiritualidade da Sustentabilidade

Analisar a dimensão política de nossa crise ambiental global é necessário (sempre e a cada momento) para percebermos os desafios que nos são colocados e como respondemos a estes desafios. Mas as ameaças que nossa organização social e econômica impõe à capacidade de sustentação da vida exigem também uma reflexão à luz de nossa fé. Mexe com nossa espiritualidade porque não é possível dissociá-la do mundo circundante. O que os cristãos de hoje podem fazer para não perder as pegadas de Cristo?

A reflexão abaixo se constitui, neste sentido, em um esforço de sistematização de idéias, muitas delas já presentes em outros debates. Viemos colecionando estes elementos dispersos, mas que juntos e articulados, podem nos ajudar a construir coletivamente uma espiritualidade da sustentabilidade. É um convite para que voltemos nossos olhares aos caminhos e descaminhos da humanidade.

Trindade é essencialmente relação. Deus trino se estabelece criando, sustentando, cuidando, conduzindo, perdendo. A natureza toda é fundada em uma, ainda incompreensível em sua totalidade, teia de relações. Tudo está em relação com tudo, dentro e fora do planeta Terra. As coisas visíveis se constituem em um equilíbrio dinâmico que co-evolui. Todas as formas de vida e as diferentes manifestações da energia co-evoluem na história cósmica.

Sendo que todas as plantas, a água, a luz, as estrelas e todo o mais interagem continuamente na história do universo, e se transformam também continuamente, podemos facilmente enxergar na natureza que nos rodeia as mesmas relações que constituem a Trindade. Esta é, então, a primeira e necessária conclusão: a Criação é expressão/reflexo da Trindade.

A segunda percepção fundamental, derivada da anterior, é que o Espírito Criador de Deus está presente no mundo. Seu sopro vital continua criando, sustentando, cuidando, conduzindo toda a teia de relações que evolui. Isto nos conduz à idéia de criação continuada. A Trindade põe em movimento a criação e ela evolui em direção a novas possibilidades. A criação está aberta à história, está aberta à intervenção humana, o que pode nos levar à salvação ou à danação.

Sendo o ser humano o elemento mais complexo derivado desta atividade criadora, dotados que somos de livre arbítrio e de poderoso sistema nervoso central, podemos alterar os rumos da criação. Somos, então, co-responsáveis pela criação. Deveríamos utilizar toda a nossa capacidade para colaborar com a criação, ajudando-a a evoluir em direção a novos equilíbrios dinâmicos. O livro do Gênesis nos coloca, seres humanos, exatamente desta maneira: representantes de Deus perante a criação. Nem sempre agimos assim, e então chegamos ao século XXI com uma gigantesca crise ambiental.

Esta gigantesca crise ambiental nos mostra que além do esgotamento dos recursos naturais, vivemos hoje um esgotamento dos recursos relacionais. Se Trindade é relação, deveríamos cuidar das relações entre nós, seres humanos e entre a humanidade e a natureza. Estas relações não vão bem, caracterizam-se pela violência.

A relação caracteriza-se pela não-dominação. A não-dominação de etnia, gênero, de classes. A não dominação sobre as outras formas de vida e sobre os processos mantenedores dela. A cooperação, esta sim, deveria ser a tônica nas relações, revertendo o esgotamento relacional sistêmico em nossa sociedade. As relações Trinitárias não são hierárquicas, não são dominadoras, não são consumistas e nem destruidoras. A imitação das relações Trinitárias nas relações humanas abriria novos caminhos para a humanidade.

Consideremos, ainda, os Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola. O Princípio e Fundamento desses Exercícios nos coloca que o ser humano deve... *"usar das coisas tanto quanto o ajudem para atingir seu fim, e deve privar-se delas tanto quanto o impedem"*. Atingir o seu fim é servir a Deus. Não como escravo, mas como amigo, filho, companheiro, interlocutor.

Usar das coisas é necessário e lícito, como nos diz o próprio livro do Gênesis. Entretanto, *"tudo me é permitido, mas eu não me deixarei escravizar por nada"* (1Cor 6,12). A destinação universal dos bens é para satisfazer as necessidades humanas. Ar, água, solo, biodiversidade, clima, são todos bens de uso comum. Mas considerando-se a limitação de recursos naturais, devemos utilizá-los de modo sensato, fraterno e solidário, ou seja, *tanto quanto* para que não falte para ninguém. Somos filhos de Deus, mas não filhos únicos.

Devastar a natureza, cortar suas relações, negar seus frutos para parte da humanidade e para os que estão por nascer é contrário ao projeto Trinitário de criação e sustentação.

Há também uma pedagogia nos Exercícios Espirituais de Santo Inácio que leva o praticante a superar, quanto possível, os obstáculos interiores, ou seja, suas afeições desordenadas, que nos impedem de escutar e seguir os apelos de Deus. Ordenar a vida e encontrar a vontade de Deus corresponde à inserção da liberdade humana na história da salvação. A questão ambiental em todas as suas dimensões é reflexo de nossas afeições desordenadas no espaço físico e biológico que nos rodeia, e o seu ordenamento a maneira de cooperar com Deus Trino na evolução cósmica de nosso planeta.

Na medida em que o ser humano está inserido na natureza, ou para reconhecer e respeitar nela a grandeza de Deus ou para destruí-la e desorganizá-la, a superação da crise ambiental exige uma conversão das pessoas e das estruturas sociais. Uma atitude concreta, pessoal, de renúncia ao consumismo, à exploração predatória, à injustiça institucionalizada, à degradação de ambientes e ecossistemas é essencial.

Não bastam, dessa forma, soluções periféricas. É necessário mudar o modo de organizar a sociedade e a economia para vivermos dentro dos princípios estabelecidos na natureza. Os princípios relacionais da biosfera permitem que tenhamos os recursos necessários a todos, desde que estes princípios sejam respeitados. Mas isto pressupõe o ordenamento de nossas afeições.

Deus fez uma aliança com todos os seres vivos (Gn 9,8-15). A fidelidade à esta aliança deve nos servir de inspiração teológica para nosso processo permanente de relação com todas as criaturas, sobretudo as mais frágeis e vulneráveis.

A dimensão do servir, inspirada na aliança com Deus, deve se expressar em atitudes solidárias a favor da Criação, seja pelas mediações das ciências, pelos gestos cotidianos de preservar os recursos naturais, pelos engajamentos em processos de conscientização. Todas estas são formas de louvor e reverência.

A partir do momento que adquirimos consciência do bem e do mal (Gn 3) nossa tarefa central passa a ser cuidar da Árvore da Vida, a que gera frutos para todas as gerações. A Árvore da Vida é a essência da sustentabilidade, a manifestação da Trindade. Por isso, São João no último capítulo de seu livro do Apocalipse (Ap 22) vê, finalmente, a Árvore da Vida curando as nações...

Bernard Lestienne, sj
Luiz Fernando Krieger Merico